

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária de Barcelos
Circulo: Braga
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

A Instauração da República representou a passagem para um regime mais aberto e capaz de expressar a vontade dos cidadãos – nomeadamente através da passagem de regime sucessório a eleições democráticas para a eleição de um chefe de Estado – e melhor preparado para os desafios económicos, contrastando com o atraso no desenvolvimento agrícola e industrial e com os excessos de despesa da monarquia. A promessa de uma vida melhor iluminou a mente dos cidadãos de então e serviu de impulso à Revolução Republicana.

As medidas agora propostas enquadram-se neste gesto iluminado de prossecução de um caminho no sentido de um maior desenvolvimento económico e social.

Consideramos assim que todas as pessoas que recebem subsídio de desemprego deveriam contribuir com o seu trabalho na ajuda à comunidade. Acontece, com frequência, haver falta de mão-de-obra em locais como escolas, jardins-de-infância, hospitais, lares de terceira idade, etc. De acordo com a nossa proposta, estas pessoas seriam colocadas nestes locais, preferencialmente próximos da sua residência, para que não houvesse encargos adicionais com transportes; o tempo de serviço acumulado nestas funções seria contabilizado para a reforma e o horário de trabalho seria reduzido de forma a proporcionar a estes indivíduos a possibilidade de continuarem a procurar um emprego de acordo com as suas habilitações. O facto da diferença entre o valor de subsídio de desemprego e do salário da maioria dos portugueses ser mínima pode contribuir para que muitas pessoas optem por permanecer desempregadas pelo maior período de tempo que a lei permite. Para evitar esta situação propomos que os salários sejam superiores aos auferidos pelo subsídio de desemprego de forma a estimular a procura de trabalho.

Outro aspecto que nos parece importante rever prende-se com a desproporção de regalias gozadas pelos alunos do ensino profissional e os restantes dos cursos regulares. Neste sentido, consideramos que os currículos referidos deveriam usufruir de iguais valores financeiros. As diferenças orçamentais que existem entre os dois cursos limitam significativamente as possibilidades de realização de visitas de estudo, de aquisição de material escolar e implicam o encargo com as refeições suportado pelos pais, uma vez que os

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

alunos do ensino profissional beneficiam graciosamente do exposto. A nossa proposta vai no sentido de anular – ou pelo menos minorizar - esta diferença.

A última medida que julgamos ser urgente repensar refere-se a uma maior intervenção cívica. Consideramos que o povo português deveria pronunciar-se, com maior frequência, em matérias importantes relativas a questões com impacto directo na sua vida. A participação num referendo implica um conhecimento profundo da matéria a referendar e esta responsabilidade de partilha de informação, por via directa (debates mediáticos, sessões públicas de esclarecimento, etc.) ou indirecta (informação nas escolas, estabelecimentos públicos, etc.), deve caber aos respectivos órgãos políticos. Sentimos que a classe política não faz este trabalho de clarificação, nomeadamente em questões de maior complexidade, e que justifica, em alguns casos, o não recurso ao referendo dos assuntos com o pressuposto de desconhecimento que a população tem sobre eles.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Aplicação de um regime de trabalho comunitário para todos os cidadãos que usufruam do subsídio de desemprego.

2. Implementação de direitos, deveres e regalias iguais entre alunos do ensino regular e alunos do ensino profissional.

3. Maior intervenção do povo português na decisão política, através da realização de referendos, recolha de elementos credíveis capazes de informar estudos pertinentes, entre outros instrumentos.